

Agendas Regionais com os Municípios

Duque de Caxias e Região
2021-2024



Conjunto de propostas
para as prefeituras do
Estado do Rio.

Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

F293a Agendas regionais com os municípios : Duque de Caxias e região 2021-2024 : conjunto de propostas para as prefeituras do Estado do Rio. / Firjan. – Rio de Janeiro: [s.n.], 2021.
14 p. : il., color.

1. Desenvolvimento econômico. 2. Desenvolvimento social. 3. Duque de Caxias. I. Firjan. II. Firjan SENAI. III. Firjan SESI. IV. Firjan IEL. V. Título.

CDD 338.98153



JUL. 2021

www.firjan.com.br
Av. Graça Aranha, 1, 10º andar
Centro, Rio de Janeiro

Expediente

Firjan – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

Presidente

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira

Presidente do Conselho Empresarial da Firjan Caxias e Região

Roberto Leverone

Diretor de Competitividade Industrial e Comunicação Corporativa

João Paulo Alcantara Gomes

Diretor Executivo Sesi SENAI

Alexandre dos Reis

Diretora de Compliance e Jurídico

Gisela Pimenta Gadelha

Diretora de Pessoas, Finanças e Serviços Corporativos

Luciana Costa M. de Sá

GERÊNCIA-GERAL DE RELACIONAMENTO

Gerente-Geral de Relacionamento

Cesar Kayat Bedran

Gerente Regional Firjan I

Joubert Neves

Gerente Regional Firjan II

Katia Turra

GERÊNCIA-GERAL DE COMPETITIVIDADE

Gerente-Geral de Competitividade

Luis Augusto Azevedo

Equipe técnica

Júlia Nicolau

René Durão

Gerente de Infraestrutura

Isaque Ouverney

Gerente de Economia

Jonathas Goulart

Gerente de Sustentabilidade

Jorge Peron

GERÊNCIA-GERAL DE EDUCAÇÃO

Gerente-Geral de Educação

Regina Malta

Gerente de Educação Básica

Giovanni Lima dos Santos

GERÊNCIA-GERAL JURÍDICA

Gerente-Geral Jurídico

Bruno Souza Barros

Gerente Jurídico Empresarial

Tatiana Abranches

Gerente Jurídico Tributário

Rodrigo Barreto

Gerente de Petróleo, Gás e Naval

Karine Fragoso

PROJETO GRÁFICO

Gerente-Geral de Comunicação

Ingrid Buckmann

Gerente de Comunicação e Marca

Fernanda Marino

Equipe Técnica

Francisco D'Elia Lucchini

Luciana Sancho Siqueira de Souza

Alessandra do Prado Miranda

Sumário

PELO DESENVOLVIMENTO REGIONAL..... 3

A REGIÃO EM NÚMEROS4

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE DUQUE DE CAXIAS E
REGIÃO 5

1. Ordenamento urbano5

2. Saneamento ambiental 6

3. Logística e mobilidade urbana..... 8

4. Infraestrutura de energia 9

5. Educação..... 11

6. Ambiente de negócios12

7. Segurança Pública 14

Pelo desenvolvimento regional

Vivemos um momento atípico. Afetado pela pandemia do Covid-19, o mundo enfrenta o desafio de superar os nefastos efeitos da crise gerada sobre a saúde e a economia. Os desafios são muitos. Mas a possibilidade de vacinas eficazes, atualmente em fase de testes finais, traz alento e esperança por dias melhores.

Os gestores públicos, independentemente da esfera, precisam atuar com eficácia e seriedade, atentando para que os desafios do momento não nos impeçam de avançar em ações essenciais para o crescimento e o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Rio de Janeiro.

Imbuídos desse propósito, apresentamos o Caderno Regional de Ações Prioritárias para o desenvolvimento de Duque de Caxias e Região, formada pelos municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Magé e São João de Meriti.

O caderno reúne o posicionamento do Conselho Empresarial da Firjan Caxias e Região. É um documento de referência e foi fruto de consulta aos membros de cada Conselho e resultado de ampla discussão interna, ratificado pela diretoria da entidade. Sua elaboração surgiu com a finalidade de apoiar os gestores na identificação das prioridades para o desenvolvimento municipal, nor-

teado pelo fortalecimento da região e da indústria.

Os empresários da região apontaram propostas para o desenvolvimento do Duque de Caxias e Região de 2021 a 2024, nas seguintes temáticas:

- 1. Ordenamento urbano;**
- 2. Saneamento ambiental;**
- 3. Logística e mobilidade urbana;**
- 4. Infraestrutura de energia;**
- 5. Educação;**
- 6. Ambiente de negócios;**
- 7. Segurança Pública.**

As propostas contemplam temas essenciais para garantir o crescimento industrial e socioeconômico, com propostas capazes de criar as condições necessárias para o desenvolvimento de Duque de Caxias e Região. Cada ação sugerida é contextualizada, aponta caminhos para atuação das Prefeituras e identifica as formas pelas quais a FIRJAN vai atuar para que sejam implementadas, de modo que o esforço conjunto traduza a expectativa de desenvolvimento em realidade.

A seguir é apresentada uma versão executiva do perfil socioeconômico da região.

A região em números

4

A regional Duque de Caxias e Região é composta por cinco municípios¹, que somavam, aproximadamente, 2,2 milhões de habitantes em 2020, segundo estimativa do IBGE. É a terceira maior regional do Estado, representando 12,8% da população estadual total. O PIB da região, por sua vez, foi de R\$ 63,7 bilhões em 2018, correspondendo à 8,4% do valor estadual e a terceira maior economia do Estado. O setor de Serviços foi responsável pela maior parte desse valor, com R\$ 30,4 bilhões, seguido por Administração pública com R\$ 14,5 bilhões da produção regional. A Indústria, por sua vez, foi responsável por R\$ 10,7 bilhões da produção regional. Entre os municípios, Duque de Caxias é a maior economia da região, concentrando 65,3% do PIB regional.

Com relação ao desenvolvimento socioeconômico, segundo o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)², apenas um dos municípios de Duque de Caxias e Região apresentou desenvolvimento regular em 2016 (Belford Roxo), enquanto os demais registraram desenvolvimento moderado. A nota média da regional (0,6452) foi inferior à média do Estado (0,6939), registrando grau moderado de desenvolvimento em 2016. Entre as vertentes que compõem o IFDM, a regional apresentou desenvolvimento moderado em Saúde (0,7751) e Educação (0,6750), sendo, em ambos os casos, inferior ao desempenho estadual. O pior resultado observado foi na vertente Emprego & Renda (0,4856), na qual apresentou desempenho regular.

No que tange à gestão fiscal, o Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF)³ registrou que todos os municípios analisados⁴ tiveram gestão crítica ou difícil de suas contas em 2018. Desse modo, a média da regional (0,2882) ficou abaixo da registrada no Estado (0,4969). Nenhuma vertente do IFGF apresentou boa gestão, refletindo a falta de capacidade da regional de gerar receitas locais suficientes para cobrir as despesas com a estrutura administrativa, gestão crítica em relação ao percentual

de recursos investidos, dificuldade em planejar um orçamento satisfatório para a região e alto comprometimento do orçamento com despesas de pessoal. Sendo assim, a regional apresenta uma gestão fiscal crítica em 2018. Em 2019, segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), a regional tinha 16,9 mil estabelecimentos, que geravam, aproximadamente, 262,9 mil empregos formais. Os estabelecimentos estavam alocados, principalmente, em Comércio e Serviços, com, respectivamente, 46,9% e 40,1% do total do Estado cada. A Indústria, por sua vez, possuía 2,1 mil empresas na região, representando 12,7% do total. Entre os empregos formais totais da região, o setor de Serviços é responsável pela contratação de 57,6%, seguido pelo Comércio (29,3%). A Indústria emprega 34,1 mil trabalhadores formais, representando 13,0% do total.

Em 2020, o mercado de trabalho como um todo sofreu forte impacto com a chegada da pandemia do coronavírus. Em Duque de Caxias e Região não foi diferente. Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), entre março a julho de 2020, meses de auge da pandemia, a regional acumulou um saldo negativo de 10,3 mil demissões em seu mercado de trabalho formal. Nos meses seguintes observou-se uma tendência de recuperação no mercado de trabalho formal da região, que, no entanto, não foi o suficiente para recuperar as perdas causadas no auge da pandemia. Desse modo, a regional acumulou um saldo negativo de 2,7 mil desligamentos em postos de trabalho formais no ano de 2020. Entre as atividades econômicas, o Comércio foi o que mais sofreu com a crise, com um saldo de 1,6 mil demissões em 2020. A Indústria apresentou o segundo pior desempenho da regional, com uma perda de 558 empregos formais no período, seguido por Serviços com menos 511.

A seguir, apresentamos as ações prioritárias para o desenvolvimento da região Duque de Caxias e Região para o período 2021-2024.

1 Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Magé e São João de Meriti.

2 O IFDM varia de 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade. Para mais informações, ver: <https://www.firjan.com.br/ifdm/>

3 O IFGF varia entre 0 e 1, sendo que quanto mais próxima de 1 melhor a gestão fiscal do município. Para mais informações, ver: <https://www.firjan.com.br/ifgf/>

4 Os municípios de Magé e São João de Meriti estão fora da base devido à indisponibilidade de dados para consulta dentro do prazo legal.

Ações Prioritárias para o Desenvolvimento de Duque de Caxias e Região

1. Ordenamento urbano

Propostas:

- 1.1 Controlar o crescimento residencial próximo às áreas industriais e seus acessos, impedindo a ocupação irregular principalmente no Arco Metropolitano;
- 1.2 Adequar a infraestrutura (acesso, pavimentação de vias internas, água, energia, gás natural, banda larga etc.) dos distritos e condomínios industriais existentes e nas áreas de concentração industrial;
- 1.3 Preservar as áreas destinadas à instalação de distritos e condomínios industriais;
- 1.4 Constituir formalmente áreas industriais consolidadas e construir novos distritos visando atrair novas indústrias.
- 1.5 Cumprir os Planos Diretores Municipais e fazer interlocução com governo estadual para evitar a ocupação irregular;
- 1.6 Coibir a ocupação irregular de calçadas pelo comércio informal em áreas industriais, principalmente em Capivari e Campos Elísios.

Contextualização:

O ordenamento urbano é condição necessária para o desenvolvimento socioeconômico. Regiões que dispõem de infraestrutura adequada e planejamento de longo prazo têm maior capacidade de atrair investimentos, com geração de empregos e renda para suas respectivas populações. A mobilidade urbana e sustentabilidade ambiental são diretamente afetadas por tal ordenamento. O estado do Rio de Janeiro conta com adensamentos populacionais desprovidos de infraestrutura adequada, muitas vezes localizados em áreas planejadas para fins empresariais. Como resultado, parcela significativa da população possui baixa qualidade de vida, refletindo na saúde e na produtividade das pessoas. A ocupação irregular, muitas vezes próxima a

indústrias, prejudica a atividade empresarial e inibe a realização e novos investimentos.

Ação:

- Atualizar os Planos Diretores Municipais e as leis de uso e ocupação do solo.
- Mapear áreas com maior urgência de investimentos em infraestrutura e priorizá-las na realização de intervenções públicas.

Contribuição Firjan:

- Apoiar as prefeituras no processo de atualização dos planos diretores, do zoneamento urbano e da legislação de uso do solo com vistas a estabelecer regras de expansão habitacional ordenada.

2. Saneamento ambiental

Propostas:

- 2.1 Garantir a universalização do sistema de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto, principalmente em Magé e Jardim Balneário Ana Clara (Duque de Caxias);
- 2.2 Para os municípios que não aderirem à concessão da Cedae, estabelecer PPPs para concessão do serviço à iniciativa privada;
- 2.3 Ampliar a rede de Centros de Tratamento de Resíduos e instalar unidades locais de coleta e reciclagem.
- 2.4 Assegurar a coleta e destinação adequada do lixo residencial, estabelecendo parceria com o governo estadual para permitir o acesso em áreas pouco seguras.

Contextualização:

Mesmo com Políticas Nacional e Estadual de Resíduos Sólidos vigentes e consolidadas, a destinação adequada dos resíduos sólidos urbanos (RSU) permanece um desafio para os municípios. A permanência do funcionamento de lixões ilegais e a carência de uma rede estruturada de triagem e recuperação dos recicláveis resultam em desperdício de valor dos resíduos e na poluição dos ambientes urbanos, acarretando riscos

ambientais e de saúde pública, e acarretando a perda da qualidade de vida população. Somado a isto, a ausência de dados sobre as características dos resíduos sólidos urbanos e equiparáveis impede a melhoria da sua gestão. O atendimento à legislação de coleta e destinação de RSU e o incentivo às empresas atuantes no mercado de gestão de resíduos podem transformar a reputação social e ambiental do município e movimentar uma nova vertente de arrecadação de recursos.



Ação:

- Elaborar (ou revisar) o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.
- Publicar o novo Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos como política municipal.
- Prestar informações regulares e acuradas ao SNIS (Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento), SINIR (Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos) e ICMS Ecológico, para favorecer o desenvolvimento de políticas públicas assertivas, abrangentes e coerentes com a realidade municipal.
- Promover estudos de identificação do potencial local para o desenvolvimento de negócios da cadeia de reciclagem, bem como para o estabelecimento de parceria entre municípios vizinhos.
- Incentivar e desburocratizar a instalação e a regularização de empresas atuantes no mercado de beneficiamento de resíduos, inclusive cooperativas de catadores.
- Formalizar o elo de catadores de recicláveis no município:
- Cadastrar cooperativas de catadores;
- Prever a inexigibilidade ou a simplificação do licenciamento ambiental;
- Conceder alvará de funcionamento com agilidade;
- Criar rede de cooperativas regional para viabilizar volume e distribuição;
- Encerrar lixões e aterros controlados;

- Criar mecanismos e alavancar a concessão de serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos para a iniciativa privada;
- Articular-se com os municípios do entorno para instituição de consórcio para a gestão integrada de RSU;
- Estabelecer parceria com o governo estadual para permitir o acesso em áreas pouco seguras.

Contribuição Firjan:

- Articular com instituições de referência para instrumentação do município para a elaboração e governança do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.
- Atuar junto aos órgãos ambientais estadual e federal na simplificação dos procedimentos de regularização e nas ferramentas de controle ambiental, inclusive no licenciamento das cooperativas de catadores e outras empresas atuantes no segmento de reciclagem.
- Elaborar e disponibilizar nota técnica sobre oportunidades de concessão de serviços de coleta e manejo de resíduos sólidos urbanos.
- Elaborar e disponibilizar nota técnica sobre fluxo de resíduos recicláveis, auxiliando na identificação de vocações e oportunidades locais para o estímulo ao desenvolvimento da cadeia.
- Disponibilizar de forma gratuita a plataforma Conecta Recursos de livre negociação entre empresas para oferta e procura por recursos disponíveis, inclusive resíduos, estimulando o melhor aproveitamento.

3. Logística e mobilidade urbana

Proposta:

- 3.1 Garantir pavimentação adequada das vias municipais, cuja precariedade prejudica a circulação de cargas e pessoas.

Atuar junto aos Governos Estadual e Federal para viabilizar a:

- 3.2 Concessão da BR-116 Norte (Rio-Além Paraíba), buscando que o novo contrato contemple a redução do pedágio em Magé, cujo valor elevado prejudica a competitividade das empresas instaladas e a atratividade do município para novas empresas;
- 3.3 Concessão do Arco Metropolitano, buscando que o novo contrato contemple a adequação do trecho Magé-Itaboraí;
- 3.4 Construção do Anel Viário de Campos Elíseos ligado ao Arco Metropolitano, essencial para criar uma rota alternativa segura de entrada e saída do Polo Petroquímico.

Contextualização:

As condições de deslocamento de pessoas e cargas são essenciais para o desenvolvimento regional. O tema afeta a produtividade dos trabalhadores, sua saúde, a sustentabilidade ambiental e os custos de frete, entre outros fatores, impactando toda a sociedade, em geral. Portanto, melhorar a mobilidade urbana é crucial para o progresso da região. Isso contempla tanto avanços em infraestrutura de transportes como a melhoria do planejamento territorial.

Contribuição Firjan:

- Articular, junto aos governos federal, estadual e municipais e futura concessionária, a conclusão das obras do Arco Metropolitano no trecho Magé-Itaboraí.
- Articular, junto ao Governo Federal, a redução do pedágio em Magé, no âmbito da concessão da BR-116-Norte.
- Articular, junto aos governos federal e estadual, a construção do Anel Viário de Campos Elíseos.
- Articular, junto às prefeituras, a realização de obras de adequação de vias municipais.

4. Infraestrutura de energia

Propostas:

Interlocução com as concessionárias para viabilizar a:

- 4.1 Melhoria da qualidade e ampliação da carga no fornecimento de energia elétrica nas áreas de concentração industrial, nos distritos e condomínios industriais e empresariais.

Contextualização:

A competitividade do setor industrial perpassa pelo acesso ao fornecimento de energia a preços módicos e com qualidade. Por esse motivo é tão importante que as áreas de concentração industrial tenham acesso à energia de forma adequada. Ressalta-se que o Rio de Janeiro possui a energia mais cara do Brasil podendo chegar a 43% acima da média nacional. É fundamental encontrar soluções conjuntas com os demais agentes do setor elétrico para transformar a energia em um fator de competitividade dentro dos condomínios industriais, preparando-se para a retomada da economia nos próximos anos que exigirá um fornecimento de energia estável e confiável.

Ação:

- Aproximar indústrias e distribuidoras de energia para tornar mais céleres as soluções que envolvem as interrupções e as oscilações de energias, as manutenções de rede, além dos episódios contratuais como a ampliação de carga.

Contribuição da Firjan:

- Criar canal direto para a interlocução entre os agentes e atores econômicos visando - aproximar o setor produtivo das empresas de energia para melhor solucionar as questões relacionadas ao setor elétrico.
- Apoiar e disseminar medidas de eficiência energética e geração distribuída para o setor produtivo, visando reduzir os custos industriais com a energia e tornar seu uso competitivo.

Propostas:

4.2 Universalização da rede de distribuição de gás natural.

Contextualização:

O serviço de distribuição de gás natural é uma concessão do Governo do Estado e é regulado no Rio de Janeiro pela Agenesra – Agência de Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro.

A concessionária que cobre a região é a CEG e pertence ao grupo Naturgy. O período do contrato de concessão é de 30 anos e o prazo vai até 2027.

A CEG é responsável pelos investimentos em dutos de distribuição para cobertura da rede, com planos que são quinquenais. Com a evolução regulatória e a implementação de um mercado livre de gás, existe a possibilidade que o consumidor construa seu próprio duto, ao se enquadrar dentro das regras.

Ação:

- Apresentar à CEG as demandas potenciais e existentes.
- Apoiar as empresas na busca de modais alternativos de fornecimento de gás natural.

Contribuição da Firjan:

- Apoiar na identificação de demanda existente e potencial das áreas industriais existentes e que serão implementadas.
- Apoiar na articulação junto a concessionária de gás natural.



5. Educação

Propostas:

- 5.1 Implantar programas voltados para melhoria do nível de escolaridade e da qualidade do ensino;
- 5.2 Ampliar a qualificação dos professores da rede pública.

Contextualização:

A educação básica na região de Duque de Caxias, que abrange além do município citado, Belford Roxo, Guapimirim, Magé e São João de Meriti, possui um perfil muito parecido em todas as escolas da rede pública. Com relação à nota do IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, em 2019, para os anos iniciais do Ensino Fundamental, apenas Magé superou a meta para o ano, e todas as demais cidades ficaram abaixo da meta. Para os anos finais do Ensino Fundamental, todos os municípios ficaram abaixo.

Há necessidade, no município, de formação continuada da equipe docente, para atualização diante do processo educacional, inserindo neste ponto o acesso às inovações determinadas por novas plataformas e perspectivas de ensino atualizadas. Para tal, é essencial o investimento em recursos tecnológicos pois, em boa parte das escolas, equipamentos com este perfil ou não fazem parte da infraestrutura de ação ou estão obsoletos. Cabe ressaltar, da mesma forma, que há defasagens consideráveis na aprendizagem nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, além da carência de associação do processo educacional com uma perspectiva cultural (artes plásticas, música, teatro, dança). Também é importante o oferecimento de ações de elevação de escolaridade para alunos fora da idade escolar da Educação Básica, pois são poucas as oportunidades oferecidas pela rede.

Ação:

- Com vistas a potencializar o Ensino e a Aprendizagem, sugerimos a implantação de uma consultoria de acompanhamento docente nas disciplinas em geral, com especial atenção às áreas de Língua Portuguesa e Matemática, um projeto contínuo de formação docente em exercício. Dentro deste quadro, também é importante a constituição de um projeto de cultura em educação, que oportunize aos professores possibilidades junto aos alunos de uma maior interação com as artes em geral.
- Sugerimos, da mesma forma, investimento em recursos de tecnologia para o ambiente escolar, tanto em itens de informática, quanto em laboratórios das áreas de ciências, com o intuito de potencializar o desenvolvimento da criatividade dos alunos e a respectiva postura solucionadora de problemas. Associado a esta última, buscando a perspectiva de inovação, possibilidades relacionadas à Educação Maker e Robótica poderiam ser iniciadas já que se constituiriam em excelentes oportunidades de potencialização de aprendizagem.

Contribuição da Firjan:

- Compartilhamento de práticas adotadas nas escolas Firjan SESI.

6. Ambiente de negócios

Propostas:

- 6.1 Reduzir a burocracia para concessão de alvarás de funcionamento, principalmente em Magé;
- 6.2 Simplificar a concessão de licenças para realização de obras, crítica em todos os municípios da região.

Contextualização:

Todos os municípios da região encontram-se integrados ao Regin (Sistema de Registro Empresarial Integrado da Jucerja – Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro). Contudo, a adesão ao sistema ainda não contempla todas as etapas de abertura e licenciamento empresarial. As indústrias precisam percorrer, na maioria das vezes fisicamente, as secretarias municipais para dar entrada nos processos. São comuns os casos de apresentação dos mesmos documentos em diferentes secretarias do mesmo município. Processos conduzidos majoritariamente por meio físico/presencial e o baixo nível de integração entre as secretarias municipais gera custos desnecessários (apresentação da mesma documentação diversas vezes), dificulta o acompanhamento dos processos e acarreta em prazos longos para

obtenção das licenças para funcionamento. A dificuldade em obter as licenças impede a operação, estimula o funcionamento sem a documentação adequada e cria dificuldades para as empresas, como por exemplo, o acesso a crédito.

Ação:

- Tornar on-line os processos de obtenção de licenciamento, integrar as secretarias municipais e avançar na adesão ao Regin.

Contribuição da Firjan:

- Apoio na interlocução com a Jucerja para avanço na integração com o Regin.
- Apoio na interlocução com operadoras de internet para viabilizar a oferta de banda larga adequada, caso necessário.

Propostas:

- 6.3 Reduzir a taxa de iluminação pública em Guapimirim, que prejudica a competitividade das empresas instaladas e inibe a atração de indústrias eletrointensivas.**

Contextualização:

A Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública – COSIP, foi instituído pela Lei Complementar nº 006, de 22 de dezembro de 2009, tem por finalidade o financiamento do serviço de iluminação pública, e tem autorização constitucional pela Emenda Constitucional 39, de 19 de dezembro de 2002, que acrescentou o artigo 149-A ao texto da Carta Magna.

A referida contribuição foi instituída em substituição à Taxa de Iluminação Pública, julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em razão da sua indivisibilidade.

De qualquer forma, é evidente que o valor cobrado do contribuinte deve guardar razão com o custo efetivamente incorrido para a prestação do serviço.

Ação:

- Alterar a tabela anexa à Lei Complementar nº 006/2009.

Contribuição da Firjan:

- Articular com o poder público municipal a alteração da legislação de forma que a redução da contribuição possa diminuir o custo dos contribuintes, aumentando a competitividade do município.



7. Segurança Pública

Proposta:

- 7.1 Melhoria das condições de segurança pública em especial nas áreas industriais.
- 7.2 Combate ao roubo de carga, principalmente nas regiões cortadas pelas rodovias federais. Em especial o entroncamento da BR-040 com a BR-493 (Arco Metropolitano).
 - 7.2.1. Ações para coibir toda a cadeia de roubo de carga, desde a receptação ao comércio ilegal.
 - 7.2.2. Atuar politicamente junto ao Governo Estadual para implantar o Programa de Segurança do Arco Metropolitano.

Contextualização:

A segurança pública tem papel fundamental para o desenvolvimento socioeconômico. Regiões consideradas mais violentas têm dificuldade em reter e atrair investimentos, gerar empregos e renda. Neste contexto, as prefeituras da baixada fluminense vem sofrendo ao longo dos anos com o alto índice de criminalidade e uma sensação de insegurança que interfere diretamente no ambiente de negócios. Devido a relevância do tema para a competitividade industrial fluminense, o fortalecimento da segurança pública foi apontado como uma das propostas do Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro 2016-2025 elaborado pela Firjan.

Ação:

- Maior atenção do governo do Estado do Rio de Janeiro no policiamento e na melhoria das condições de segurança pública, principalmente nas áreas industriais.

Contribuição Firjan:

- Elaboração do Projeto Arco Seguro: parceria público-privada com o objetivo de elevar o nível de segurança na circulação de cargas e pessoas no âmbito do arco metropolitano do Rio de Janeiro, tendo por meta a redução o roubo de cargas na rodovia BR-493 (Arco Metropolitano) e seu entorno.

